

ALÉM DO DIAGNÓSTICO

DIREITOS, PROTEÇÃO E OS DESAFIOS DAS MÃES DE CRIANÇAS AUTISTAS

SARA MORANDI



Juntos, em família, somos capazes de transformar as dificuldades em aprendizados e as dores acabam formando laços ainda mais fortes.

Sara Morandi é uma advogada apaixonada por ajudar famílias a superar desafios com segurança e clareza. Formada em Direito pela URI Campus Erechim/RS, Sara já acumula 10 anos de experiência em Direito de Família e também cursou MBA em Administração, Finanças e Geração de Valor pela PUC/RS. Recentemente, realizou uma Especialização Internacional em Direito de Família na renomada Universidade de Coimbra. Sua sede por conhecimento reflete seu compromisso com a excelência e com a busca por soluções que façam a diferença na vida de quem confia em seu trabalho.

Como mãe de dois filhos incríveis, Sara entende, na prática, os desafios e as alegrias de cuidar de uma família. Essa vivência lhe traz ainda mais sensibilidade e empatia ao lidar com questões familiares, especialmente quando envolvem crianças com necessidades especiais.

Com uma abordagem acolhedora e orientada a resultados, Sara é uma aliada para mães que buscam orientação clara, segura e humana em questões complexas. Sua dedicação e experiência tornam-na a escolha ideal para transformar desafios em caminhos de fortalecimento e amor.

Hoje vamos falar sobre um tema que faz parte da realidade de muitas famílias: o autismo. Vamos abordar, de forma prática e objetiva, o que é o autismo, quais são os direitos que seu filho tem garantidos por lei e, mais importante, como você pode acessar esses direitos na saúde, na educação e na inclusão social. Esse Ebook é dedicado a trazer informações claras e úteis para ajudar você, mãe, pai ou cuidador, a enfrentar essa jornada com mais conhecimento e confiança.

O que é o Autismo?

Entenda essa definição e descubra quais são as leis de proteção da pessoa autista no Brasil.





Segundo o artigo 1º, parágrafo 1º da Lei nº 12.764, de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, considera-se pessoa com TEA aquela que apresenta uma síndrome clínica caracterizada por pelo menos uma das seguintes condições:

- 1. Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação social, manifestada por dificuldades marcantes tanto na comunicação verbal quanto na não verbal, dificultando as interações sociais.
- 2. Padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades, incluindo:
- Comportamentos motores ou verbais repetitivos.
- Respostas sensoriais incomuns.
- Interesses restritos e fixos.
- Excessiva adesão a rotinas ou padrões de comportamento ritualizados.

Essas características podem variar em intensidade e forma de manifestação, o que torna o autismo um espectro, abrangendo diferentes níveis de suporte e acompanhamento. Essa definição legal é essencial porque é a base para reconhecer os direitos dessas pessoas e garantir que recebam o suporte necessário em saúde, educação e inclusão social.



Garantindo os Direitos do seu filho



Agora que entendemos o que caracteriza o Transtorno do Espectro Autista (TEA), é essencial destacar que, segundo o artigo 3º da Lei nº 12.764/2012, a pessoa com TEA é considerada, para todos os efeitos legais, uma pessoa com deficiência. Isso significa que todos os direitos assegurados a pessoas com deficiência também são garantidos às pessoas autistas.

Vamos explorar esses direitos a seguir.

Direitos Garantidos por Lei para Pessoas com TEA

1. Direito à Vida Digna e Integridade:

 A lei garante às pessoas autistas o direito a uma vida digna, à integridade física e moral, ao livre desenvolvimento da personalidade, à segurança e ao lazer.

2. Proteção Contra Abusos e Exploração:

 As pessoas com TEA têm o direito de ser protegidas contra qualquer forma de abuso ou exploração, seja física, psicológica ou financeira.

3. Acesso Integral à Saúde:

- É assegurado o acesso a ações e serviços de saúde que atendam de forma integral as necessidades da pessoa autista, incluindo:
 - Diagnóstico Precoce: Identificar o TEA o quanto antes para oferecer as intervenções necessárias.
 - Atendimento Multiprofissional: Equipes de diferentes especialidades devem estar disponíveis para apoiar o desenvolvimento e bem-estar.
 - Fornecimento de Medicamentos e Informações: O tratamento adequado deve incluir acesso a medicamentos e orientações para facilitar o diagnóstico e o manejo do TEA.

Direitos Garantidos por Lei para Pessoas com TEA

4. Acesso à Educação e Outros Direitos Essenciais:

- A pessoa com TEA tem direito a:
 - Educação e ensino profissionalizante.
 - Moradia digna e acesso ao mercado de trabalho.
 - Previdência Social e assistência social, assegurando suporte para uma vida mais independente e integrada.

Esses direitos são fundamentais para garantir que as pessoas autistas tenham oportunidades iguais e possam viver com dignidade e segurança. No entanto, é importante lembrar que, muitas vezes, é necessário reivindicá-los ativamente, e o conhecimento dessas garantias é o primeiro passo para buscar justiça.



Sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE):

- Objetivo: Proporcionar aos estudantes com necessidades específicas, como autismo, os recursos e adaptações necessários para sua plena inclusão na escola regular.
- Como Funciona: Pode incluir:
 - Mediadores ou auxiliares especializados em sala de aula.
 - o Adaptação de materiais didáticos.
 - Recursos de acessibilidade, como tecnologias assistivas.
- **Base Legal:** A LBI (Lei n° 13.146/2015) reforça a obrigatoriedade de oferecer suporte especializado, e a Lei n° 9.394/1996 (LDB) também menciona o AEE como um direito.

Se a escola regular não oferecer esse acompanhamento, as famílias podem buscar respaldo jurídico para exigir o cumprimento desses direitos.



A Importância de Profissionais que Acolhem as Famílias

É essencial lembrar que não estamos lidando com máquinas, mas sim com vidas, histórias e emoções. Para mães de crianças autistas, encontrar profissionais que acolham de forma genuína, tanto elas quanto seus filhos, é um passo fundamental. Durante minha especialização em Direito de Família na Universidade de Coimbra, na Europa, aprendi que o olhar jurídico e social deve ser profundamente humano, sempre voltado para o melhor interesse da criança.

Isso significa que, além de respeitar os direitos, precisamos de uma abordagem que compreenda o contexto emocional das mães e a individualidade de cada criança. Profissionais de saúde, educação e assistência social precisam estar preparados para oferecer suporte técnico e empático, criando um ambiente onde as mães se sintam apoiadas e os filhos tenham a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial.

Direitos Garantidos às Crianças Autistas

As crianças autistas têm uma série de direitos fundamentais garantidos por lei. Conhecer esses direitos é essencial para garantir que eles sejam efetivamente cumpridos. Entre os principais, estão:

1. Direito à Saúde:

 Acesso a terapias essenciais, diagnóstico precoce e atendimento multiprofissional. Esses serviços são garantidos pelo SUS e também devem ser cobertos por planos de saúde.

2. Direito à Educação Inclusiva

 Inclusão em escolas regulares, com adaptações curriculares, profissionais de apoio e um ambiente que favoreça o aprendizado.

3. Proteção Contra Discriminação e Bullying

 Garantia de que as crianças sejam tratadas com respeito e tenham um ambiente seguro e acolhedor, protegido de qualquer forma de exclusão ou abuso.

Esses direitos são a base para construir uma sociedade que realmente inclui e respeita as pessoas autistas, e é fundamental que as mães saibam como reivindicá-los.

Inclusão Escolar: Um Desafio para as Mães

A inclusão escolar continua sendo um dos maiores desafios para as mães de crianças autistas. Muitas enfrentam resistência das escolas ou a falta de preparo dos profissionais para lidar com as necessidades específicas de seus filhos. Essas situações geram dores emocionais intensas, como:

- O medo de que o filho sofra bullying ou exclusão social.
- A preocupação de que a escola não compreenda ou acolha o comportamento do filho.
- A constante necessidade de reivindicar direitos de inclusão e adaptação.

Por isso, é crucial que as escolas promovam ações voltadas para toda a comunidade escolar, como palestras, workshops e treinamentos, para conscientizar alunos, professores e funcionários sobre o autismo. Isso ajuda a criar um ambiente mais acolhedor, onde a inclusão não é apenas uma obrigação legal, mas uma prática genuína de respeito e empatia.



Agora te convido a fazer uma reflexão importante:

Qual é a obrigação das escolas em relação à inclusão de crianças autistas?

- A) Aceitar a matrícula, mas sem adaptações.
- **B)** Oferecer apoio, adaptações e preparar os educadores para inclusão.
- **C)** A inclusão depende da escola querer ou não fazer adaptações.

Se você escolheu a letra B, acertou! As escolas têm a obrigação de oferecer apoio, adaptações e preparar os educadores para garantir a inclusão.

E mais: segundo o artigo 7° da Lei n° 12.764/2012, o gestor escolar que recusar a matrícula de um aluno com TEA ou qualquer outro tipo de deficiência **pode ser punido com multa de 3 a 20 salários mínimos.** Esse é um direito que não pode ser negligenciado.

A Luta Diária das Mães de Crianças Autistas

A jornada de ser mãe de uma criança autista é uma verdadeira maratona emocional e prática. Para muitas, é como estar constantemente em 'modo de defesa', lutando para que os direitos dos seus filhos sejam respeitados. Essa luta envolve desafios diários, tanto emocionais quanto legais, que exigem resiliência e conhecimento.





Aqui estão alguns dos desafios mais comuns enfrentados por mães de autistas:

Desafios Emocionais:

- Muitas mães relatam uma exaustão emocional profunda, agravada pela sensação de estarem sozinhas nessa batalha. Elas são, muitas vezes, inseridas nesse novo universo do autismo sem o apoio necessário de familiares, escolas ou até mesmo de profissionais.
- Essa sobrecarga emocional não é apenas física, mas também psicológica. Há o constante medo de falhar em garantir o melhor para o filho, combinado com a pressão social e os julgamentos externos.

Desafios Legais

 Um dos maiores empecilhos enfrentados pelas mães é a falta de conhecimento sobre documentação e processos legais. Muitas não sabem onde buscar as informações necessárias para acessar os direitos dos filhos, como terapias, inclusão escolar e benefícios sociais.



Dicas Práticas para as Mães

Aqui vão algumas orientações práticas para ajudar nessa jornada:

- Procure se informar sobre os direitos garantidos por lei, como a inclusão escolar e o acesso a terapias pelo SUS.
- Organize a documentação necessária, como laudos médicos e relatórios escolares, e mantenha tudo atualizado.
- Busque apoio em grupos de mães, ONGs e profissionais especializados para dividir experiências e encontrar soluções.





Práticas de Ações para as Mães:

Como Garantir os Direitos do Filho Autista

No meio de tantos desafios, é fundamental que as mães tenham clareza sobre as ações práticas que podem adotar para garantir os direitos dos seus filhos. Aqui estão passos concretos que fazem toda a diferença nessa jornada:

1. Conheça os Direitos da Criança Autista:

- O primeiro passo é se informar sobre os direitos garantidos por lei, tanto na saúde quanto na educação.
 - Na saúde: A criança autista tem direito a terapias essenciais, como fonoaudiologia e terapia ocupacional, além de diagnóstico precoce e atendimento multiprofissional, seja pelo SUS ou por planos de saúde.
 - Na educação: É garantido o acesso à educação inclusiva, com adaptações curriculares, profissionais de apoio e ambiente seguro.

Esse conhecimento é a base para qualquer reivindicação. Quando você sabe o que é garantido por lei, pode agir com segurança para exigir o que é de direito do seu filho.



Práticas de Ações para as Mães:

Como Garantir os Direitos do Filho Autista

2. Mantenha a Documentação Completa:

- Ter uma documentação bem organizada é crucial para fundamentar demandas legais e práticas. Aqui está o que você deve reunir:
 - Laudos médicos e relatórios terapêuticos que descrevam o diagnóstico e as necessidades específicas do seu filho.
 - Relatórios escolares que comprovem dificuldades ou a necessidade de apoio especializado.
 - Registros de negativas de direitos, como recusas de tratamento ou exclusão escolar.

Essa documentação é essencial para processos jurídicos, pedidos de inclusão na escola ou até mesmo para obter benefícios assistenciais, como o BPC.



Práticas de Ações para as Mães:

Como Garantir os Direitos do Filho Autista

4. Busque Apoio Jurídico em Caso de Negativa de Direitos:

- Infelizmente, nem sempre as escolas ou os planos de saúde cumprem suas obrigações.
 Se houver recusa de matrícula, exclusão escolar ou negativa de tratamento pelo plano de saúde, você pode recorrer ao apoio jurídico.
 - Um advogado especializado pode ajudar a ingressar com uma ação judicial para garantir que os direitos do seu filho sejam respeitados.
 - Além disso, é possível registrar reclamações formais junto ao Ministério Público ou à Secretaria de Educação para pressionar por soluções rápidas.

Lembre-se: os direitos da criança autista são garantidos por lei, e você não está sozinha nessa luta. Hoje, ao falarmos sobre os direitos das crianças autistas, reforçamos um compromisso que vai além das leis: o de construir uma sociedade mais justa, inclusiva e acolhedora. Cada um de nós tem um papel fundamental nessa transformação, seja como pais, profissionais ou cidadãos.

Lembrem-se de que o amor e o respeito são as bases de qualquer direito, e que juntos podemos garantir que essas crianças não só tenham seus direitos assegurados, mas que também encontrem oportunidades para florescer e alcançar todo o seu potencial!

Vamos continuar trabalhando por um futuro onde todas as crianças, sem exceção, sejam respeitadas, valorizadas e tenham a oportunidade de brilhar plenamente.

Acompanhe nossas redes sociais!





eosguardioesdafamilia Contato: 54 9136-3541